

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 020

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE ABRIL DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE ABRIL DE 1999**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 364

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscrive, REQUER, após ouvido o Plenário, o desentranhamento dos documentos apensados ao Projeto de Lei nº 356/97, que trata da Declaração de Utilidade Pública do PROVOPAR Municipal de Catanduvas, com sede e foro na mesma cidade.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O mencionado Projeto de Lei encontra-se arquivado em função da necessidade de cumprir alguns quesitos com vistas a aprovação da matéria, razão pela qual, apresento este requerimento.

REQUERIMENTO Nº 375

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desentranhamento da documentação dos seguintes Projetos de Lei: nºs 030/97, 084/97, 091/97, 167/97, 509/97, 572/97, 83/98, 116/98, 175/98, 206/98.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja autorizado o desentranhamento dos documentos constantes de fls. 03 a 20 e de 22 a 29, incluindo estas, do Projeto de Resolução nº 015/97 de autoria deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 378

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Solene em 13 de maio de 1999 (quinta-feira), às 15:00 horas, para a entrega do Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à Senhora Juril de Plácido e Silva Carnasciali, conforme consta na Lei Estadual nº 12.133, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5243 de 06.05.98.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 356

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado voto de pesar pelo falecimento do Senhor Guerino Zandoná, ocorrido no último dia 28.03.99 no Município de Pato Branco.

Guerino Zandoná, foi Presidente da Câmara Municipal e Prefeito Interino em 1.958 de Pato Branco.

Faleceu de morte natural, aos 79 anos de idade, e deixa esposa e filhos.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar à família do Senhor Waldir Pastorello, comerciante em Pato Branco, onde residia desde 1.977, pelo seu falecimento no último dia 21 de março.

Nascido em 24.10.37, gaúcho de nascimento, Waldir Pastorello radicou-se no Paraná em 1.956 na localidade de Rio Elias, no Município de Renascença onde trabalhou em uma serraria, dedicando-se ainda à agricultura. Em 1.977, mudou-se para Pato Branco onde a família instalou um Posto de Gasolina e um silo de compra e venda de cereais. Em Pato Branco residiu durante 22 anos, sempre envolvido nas atividades da comunidade.

Casado, deixa viúva a Senhora Araci Dall'agnol Pastorello e os filhos Maximino, Marcelo, Noeli e Melânia.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 358

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar à família do Professor Vitor Bertinatto, de Pato Branco, pelo seu falecimento na semana passada.

O Professor Vitor, era pessoa muito conceituada na cidade e na região, tendo exercido as funções de Inspetor Estadual de Educação e Chefe do Núcleo Regional de Educação de Pato Branco, durante o período de 84 a 91, estando ultimamente na função de Ensino Especial na Escola Especializada "Recanto Feliz".

O falecido deixa viúva a Senhora Veroni Borsatto Bertinatto e os filhos Rovian e Ronan Bertinatto.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 359

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar à família do Senhor João Martinichen, um dos pioneiros de Pato Branco, onde residia desde 1.940, pelo seu falecimento, na semana passada.

João Martinichen foi seminarista durante 9 anos, na Cidade de Prudentópolis; em Pato Branco foi professor primário; foi Presidente de Igreja N. Sra. do Patrocínio de Alto Paraíso; ocupou vários cargos na Diretoria da Paróquia N. Sra. do Perpétuo Socorro em Pato Branco; Feirante na Feira do Produtor durante mais de 20 anos; sócio da Associação dos Apicultores de Francisco Beltrão; sócio fundador e 1º Presidente da Associação dos Apicultores de Pato Branco; foi considerado o Pai do Rota-ract de Pato Branco na gestão 94/95; foi apicultor desde 1.976.

Casado a 33 anos, deixa viúva a Senhora Cecília Benoski Martinichen e os filhos Terezinha, Pedro, Maria de Lurdes, Deonísia, Adriani e Márcia Lúcia.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 360

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Orlando Jacomelo, falecido no dia 03 de abril de 1.999, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 361

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor José Maria Pacheco, falecido no dia 25 de março de 1.999, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 362

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor João Pereira da Silva, falecido no dia 28 de março de 1999, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Mariano da Graça, falecido no dia 28 de março de 1999, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado votos de profundo pesar pelo falecimento do menino Natanael de Jesus, ocorrido no dia 24 de março do corrente, na Cidade de Curitiba. O mesmo era residente em Ponta Grossa.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, na Rua Eugênia, 86, Jardim Santa Paula, CEP: 84.061-360 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Natanael de Jesus, que infelizmente, tão prematuramente nos deixou, era filho de Rosângela de Jesus e Loilson de Jesus. Pedimos a Deus, na sua infinita misericórdia, que preencha esta lacuna que ele abriu em nosso meio.

REQUERIMENTO Nº 354

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Palmeira, pela passagem de seus 180 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Mussoline Mansani, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito, Sr. Rogério Geraldo Lima, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmeira.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Palmeira, com muito orgulho, vê transcorrer, no dia 07 do corrente, mais um aniversário de sua emancipação política, que temos certeza será comemorada festivamente por todos.

É através de um trabalho digno que o povo presta sua eficiente colaboração para o desenvolvimento cada vez maior do seu município, sempre com espírito de luta e companheirismo demonstrado por todos, pois, é através da união de esforços que se construirá um município com invejável progresso e um Paraná mais digno e justo para os paranaenses.

Portanto, é justo e oportuno prestarmos nossa homenagem de reconhecimento à população de Palmeira, que estará, no próximo dia 07 de abril, comemorando seus 180 anos de emancipação política.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, parabeniza toda a população de Palmeira, na certeza de que continuará com a mesma garra o trabalho diuturno em prol do constante desenvolvimento do município.

REQUERIMENTO Nº 355

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Palmas, pela passagem de seus 120 anos de emancipação política no próximo dia 14.04.99.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Senhor Ivo Antonio Dalla Costa, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor Miraldo de Carli, assim como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmas.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Palmas, com grande alegria estará, no próximo dia 14 do corrente, festejando os seus 120 anos de emancipação política.

Assim sendo, queremos prestar nossa homenagem de reconhecimento pela eficiente colaboração, de todo o povo, ao longo desses anos. Também renovamos nossa homenagem aos seus administradores de todos os tempos que muito contribuíram para que Palmas continue se sobressaindo para conseguir um lugar de destaque no cenário paranaense e brasileiro.

Apesar de todos os problemas por que passa a nação brasileira, em Palmas, a população juntamente com seus administradores têm procurado superar as dificuldades com muito trabalho e confiança em Deus.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, reafirma sua confiança nessa população que continua num

trabalho diuturno colaborando para o progresso de toda aquela região.

REQUERIMENTO Nº 365

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações à Rádio Educadora do Município de Laranjeiras do Sul, pela passagem de seus 31 anos de existência.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Rádio Educadora completou no último dia 31 de março, 31 anos de existência. Trata-se de um veículo de comunicação de destaque em todo o Paraná. Possui profissionais capacitados, que no dia-a-dia apresenta informações de interesse municipal, regional, nacional e internacional.

Faz repercutir nos quatro cantos da região a confiabilidade dos ouvintes com suas mensagens de amor, respeito e principalmente notícias verdadeiras, sem esconder da população a verdade.

Hoje temos a grata satisfação de constatar que o esforço deste veículo de comunicação valeu a pena. Os resultados são sempre surpreendentes.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem a todos os componentes da Rádio Educadora, que muito orgulha todo o nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 382

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao jornal VIVER, que em 13 de março próximo passado completou um ano de existência. É um jornal mensal, especializado para o público da Maturidade.

Através de suas páginas, leva aos lares das pessoas da maturidade, informações, orientações com relação à saúde, lazer, roteiros turísticos, opções de cursos para este público, palestras, mercado de trabalho, direitos do idoso e cidadania, troca de informações, entrevistas com personalidades marcantes da sociedade que, através de seus relatos, testemunham uma sabedoria conquistada ao longo da vida.

Tendo à frente o jovem Jornalista Luiz Fernando Carneiro, profissional competente, arrojado e sensível às questões da maturidade, e uma equipe de pessoas que trabalham com muito profissionalismo, idealismo e dedicação, o Jornal

Viver tem correspondido às expectativas de seus parceiros comerciais e da clientela em geral.

Diante dos fatos narrados, entendemos meritório este registro e nos somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos sinceros cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 388

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, consignar em Ata, o reconhecimento e aplauso a direção, na pessoa do jornalista Verdelírio Barbosa, e a todo quadro do periódico Jornal do Povo de Maringá, que atinge 8 (oito) anos de circulação.

O Jornal do Povo se firmou como um verdadeiro patrimônio de Maringá, levando informação com a qualidade a população maringaense e da região na qual circula.

A credibilidade alcançada com a circulação diária e com a nova diagramação e impressão, fazem do Jornal do Povo, um veículo importante para o dia-a-dia da nossa cidade canção. Este oitavo aniversário deve ficar marcado nos anais desta Assembléia, homenageando Maringá e todos aqueles que fazem esse grande Jornal.

Requer, outrossim, seja outorgado por esta Casa de Leis uma Menção Honrosa para o Jornal do Povo, e seja comunicado do presente ao Jornalista Verdelírio Barbosa, na Rua Afonso Pena, 56, em Maringá.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 389

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, registre-se nesta Casa de Leis votos de congratulações pelo transcurso de 10 anos de fundação da RTV-Maringá.

A RTV-Maringá tem-se destacado em programações regionais e locais, o que a identifica com os anseios da população de Maringá e região. Ao todo são 25 programas variados e diários.

Ao lembrar o decênio de fundação de RTV-Maringá, destaque-se a pessoa ilustre de seu Diretor-Presidente, João Cioffi, que muito tem feito para que a emissora tenha a projeção do momento histórico dos 10 anos de sua fundação.

Requer, outrossim, seja outorgada por esta Casa de Leis uma menção honrosa para a RTV-Maringá, e seja comunicado do presente ao Sr. João Cioffi, na Av. Rio Branco, 741, em Maringá.

Sala das Sessões, em 05.04.99.
(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 390

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o soberano Plenário, a consignação em ata de voto de congratulação ao Jornal do Povo, de Maringá, pela comemoração do seu 8º ano de fundação ocorrido no último dia 31 de março, em reconhecimento pelo significativo trabalho de comunicação prestado a uma sociedade cada dia mais exigente.

O Jornal do Povo desfruta de prestígio e grande aceitação em Maringá e região noroeste, por manter como norma a intenção de transmitir a verdade dos acontecimentos e propiciar, sempre, que temas relevantes para a sociedade sejam divulgados com a responsabilidade necessária para que os leitores formem a própria convicção a partir da notícia revelada.

Neste sentido, não poderia deixar de registrar nos Anais deste Poder Legislativo o trabalho profissional de todos aqueles que integram o seu corpo de funcionários e jornalistas, fazendo com que o Jornal do Povo seja hoje, sem dúvida alguma, um dos mais importantes veículos de comunicação de nosso Estado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu Diretor proprietário, jornalista Verdelírio Barbosa, e ao seu editor chefe jornalista Otacílio Tatá Cabral, a rua Afonso Pena, 56, Maringá/PR, CEP 87030-150.

Sala das Sessões, em 05.04.99.
(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 391

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente documento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após anuência do Plenário, o envio das congratulações desse Poder Legislativo, ao prefeito municipal de Pato Bragado, Sr. Verno Scherer, como também, ao presidente da Câmara Municipal, vereador Sr. Elio Seibert, e ao presidente da Comissão Organizadora da 11ª Festa nacional do Cupim assado de Pato Bragado, Sr. Leomar Rohden, pela primorosa organização e condução do evento realizado no domingo, dia 21 de março de 1999.

As proporções daquela festa, com a presença de milhares de visitantes e participantes, são a prova concreta de que a festividade foi levada a efeito com planejamento e determinação.

Do aprovado, requer, seja dado ciência ao Sr. Leomar Rohden junto a prefeitura municipal, ao Sr.

prefeito e ao presidente da Câmara Municipal - CEP 85940-000.

Sala das Sessões, em 05.04.99.
(a) ÉLIO LINO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 394

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Grupo de Operações Especiais - GOE - do 1º Batalhão de Polícia Militar de Ponta Grossa, pela importância do grupo na contenção da criminalidade, eliminação de pontos de distribuição de drogas, desarmamentos e ainda a manutenção da ordem e tranquilidade da população.

O GOE, completou em 28 de março de 1999, três anos de operação. Atualmente conta com 12 policiais graduados mais o oficial comandante. É um grupo altamente especializado na repressão ao crime organizado e em ocorrências de grande vulto. Durante quase seis meses realizaram cursos teóricos e práticos, tanto em Curitiba com em Ponta Grossa, e hoje contam com capacidade para uso de armas especiais e para agir em desmonte de artefatos explosivos, além de resgate de vítimas mantidas em cárcere privado e até mesmo em condições de reféns; são atiradores de elite. Também fazem operações como blitz e arrastões, assim como apoiam às equipes do policiamento regular do cotidiano, quando necessário. Atuou no combate ao tóxico, retirando das ruas traficantes que agiam na cidade e deslocou-se para as cidades da área de atuação do 1º BPM, fazendo arrastões para coibir a criminalidade.

Sala das Sessões, em 05.04.99.
(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 396

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de aplausos e congratulações à TV Paranaense - Canal 12, por ter sido escolhida pela segunda vez como "Veículo de Comunicação do Ano" por publicitários e jornalistas brasileiros.

Sala das Sessões, em 05.04.99.
(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Um júri especializado, formado por publicitários e jornalistas brasileiros, que analisa e avalia cada setor de comunicação, elegendo os veículos que mais se destacaram nesta área, escolheu na semana passada a TV Paranaense - Canal 12, para ser premiada, pela segunda vez consecutiva como o "Veículo de Comunicação de 98". O Prêmio está na

sua 12ª edição e é conferido pela Revista Propaganda, da Editora Referência, de São Paulo.

Esta premiação vem demonstrar o alto grau de qualidade da TV Paranaense - Canal 12, identificada como a melhor emissora de televisão do Brasil, já que a avaliação para que seja conferido este merecido prêmio é bastante criteriosa. A TV Paranaense, atinge atualmente 2 milhões de telespectadores, em 38 municípios do Paraná, com uma programação selecionada, resultado do trabalho de uma equipe sempre preocupada com o seu constante aprimoramento.

Parabéns ao Diretor Presidente da empresa, o Jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, pela merecida premiação. Receba a TV Paranaense - Canal 12 e toda a sua equipe, os votos de aplauso e congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 397

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Polícia Florestal do Paraná, pela passagem de seu 42º aniversário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Florestal do Paraná, comemorou em data de 04 de abril (Domingo), seus 42 anos de existência. Fundada em 1957 com a denominação de Corpo de Polícia Florestal, pela Lei Estadual nº 3056 e regulamentada pelo Decreto 5651, o Batalhão de Polícia Florestal desenvolveu ao longo deste período um trabalho brilhante, uma caminhada histórica sempre em benefício da natureza e da população paranaense.

Criada para proteger os recursos naturais do nosso Estado, com a atribuição de Guarda-Parque, instalou-se em 1962 sob o comando do 2º Ten. Nelson Gracher em Ponta Grossa, com um efetivo de 17 homens que tinham a missão de proteger os Parques Estaduais de Vila Velha e Caminhos. Mais tarde, foram também para o Parque Estadual do Monge da Lapa e em 1970 estavam presentes na Proteção do Parque Nacional do Iguaçu.

Em 1970 o Major PM Ângelo Bonilauri preocupou-se com a preservação do maior remanescente florestal do Paraná a Mata Atlântica, desencadeando naquele ano a Operação Serra do Mar, cujo resultado vemos hoje, pois nosso Estado possui a melhor Mata Atlântica preservada do país. A partir desta ação houve uma evolução muito grande dentro do Batalhão de Polícia Florestal, que expandiu sua atuação pelo interior do nosso Estado e buscou parcerias junto à iniciativa privada, crescendo sempre.

Atualmente, está presente em 26 Postos de Policiamento Ambiental espalhados por Curitiba e interior do Estado e sua sede do antigo Parque Aquático e Vila Olímpica de Curitiba.

Com a sublime missão de proteger a natureza, o Batalhão de Polícia Florestal são os anjos da guarda desta criação divina. Seus homens, com o policiamento ambiental, estão dia e noite, dedicados ao trabalho de preservar o que temos de mais sagrado: nossa fauna, nossa flora, nosso mar, enfim, nossa vida.

Pelo incansável trabalho de todo o Batalhão de Polícia Florestal do Paraná, atualmente sob o comando do tenente coronel QOPM Luiz Alberto Gonçalves Ekermann, pelo profissionalismo de sua corporação, pela brilhante e constante atuação ao longo deste 42 anos em benefício do nosso Estado, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 374

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário seja enviada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cesar Franco, Digníssimo Diretor do DETRAN - Departamento de Trânsito, solicitando seja fornecida planilha de custos referentes ao valor cobrado para expedição de carteira de habilitação.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 377

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a implantação de um Módulo da Polícia Militar do Estado do Paraná, com efetivo permanente, no Jardim Piratini, Bairro Pinheirinho, na Capital do Estado, mais precisamente nas mediações do número 1.433 da Rua Engenheiro João Bley Filho.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A implantação de um Módulo da Polícia Militar do Estado do Paraná no Jardim Piratini se faz necessária tendo em vista a segurança de mais de 30.000 (trinta mil) moradores na região e do comércio local, o qual tem sido alvo constante de furtos e assaltos a mão armada, muitas vezes resultando em vítimas fatais.

A localização do Módulo nas mediações do número 1.433 da Rua Engº João Bley Filho é importante devido ao rápido acesso que a citada via tem

com toda a localidade e também pelo fato de o comércio local estar centrado naquela região.

É importante ressaltar que o Módulo Policial mais próximo está localizado na Vila São Pedro, a cerca de 3.000 metros daquela região, o que torna o acesso difícil e demorado.

REQUERIMENTO Nº 379

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Rosecléia Porto Lima Antonio, residente à Rua Montes Claros nº 4 - Vila Feliz, que pede a passagem do caminhão de lixo nessa rua. Afirma-nos a Sra. Rosecléia que o lixeiro não recolhe o lixo e que a taxa vem sendo cobrada todos os meses. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 354-3393.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 380

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Rosecléia Porto Lima Antonio, residente à Rua Montes Claros nº 4 - Vila Feliz, que pede a implantação de iluminação pública nessa rua, devido o local ficar muito escuro à noite. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 354-3393.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 381

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Marlene do Rocio dos Santos, residente à Rua Graça Aranha nº 367 - Bairro Vargem Grande, a qual pede providências urgentes quanto ao esgoto que passa pelo seu terreno. O problema originou-se quando funcionários dessa Prefeitura realizaram serviços nas manilhas existentes em frente à sua residência. Segundo ela, já fez três reclamações nessa Prefeitura, porém até a presente data o problema não foi resolvido. Pede urgência no atendimento devido aos problemas que o esgoto está lhe cau-

sando, que além do mau cheiro insuportável, ainda pode provocar contaminação de doenças.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 398

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Sra. Fany Lerner, Presidente do PROVO-PAR, solicitando um Curso de Atendente de Creche para o Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Conselheiro Mairinck, localizado no Norte Pioneiro do Estado, possui o PROVOPAR Municipal, órgão que vem desenvolvendo um importante trabalho junto às crianças carentes daquela comunidade que possui um grande número de famílias de baixa renda, cujas mães necessitam do dinheiro do trabalho diário para auxiliar no sustento da família e não têm com quem deixar seus filhos.

Objetivando melhorar a qualidade deste trabalho, o Município está solicitando um Curso de Atendente de Creche junto ao PROVOPAR Estadual, conforme consta de nossa solicitação já protocolada junto àquele Órgão (cópia anexa).

REQUERIMENTO Nº 399

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Armando Martinho B. Raggio, Secretário de Estado da Saúde, reforçando solicitação de envio de medicamentos ao Hospital Municipal de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Rio Branco do Sul, localizado na Região Metropolitana de Curitiba, através de seu Vice-Prefeito nos formulou solicitação de envio de medicamentos ao Hospital Municipal daquela cidade que passa por séria crise financeira.

A solicitação, protocolada na Secretaria de Estado da Saúde, sob nº 3.930.692-1 (26/3/99), está embasada na carência da população dos medicamentos constantes em listagem anexa, e para cujo custeio o Município não possui recursos financeiros, haja vista a queda na sua arrecadação.

Rogamos a aprovação da solicitação, uma vez que a população local não possui outra fonte de socorro na área da saúde senão o referido Hospital e

o Poder Executivo Municipal não possui condições de fazer frente à grande demanda de medicamentos.

REQUERIMENTO Nº 401

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências para o asfaltamento do trecho de estrada que liga os municípios de Dois Vizinhos e Nova Prata do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O trecho de estrada que liga o município de Dois Vizinhos a Nova Prata do Iguaçu é de vital importância, pois liga as regiões Oeste e Sudoeste, via Usina Salto de Caxias, recentemente inaugurada, além de já se encontrar totalmente demarcado pelo DER.

REQUERIMENTO Nº 372

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Doutor Rafael Dely, Secretário de Estado da Habilitação, solicitando seja informado o número de casas construídas nos últimos quatro anos, em todas as modalidades, bem como a previsão para os próximos quatro anos.

Solicitamos ainda informações sobre o número de obras que estão sendo executadas e a previsão para o término das mesmas.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 373

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Secretário Especial para Proteção ao Consumidor, Deputado Sérgio Spada, solicitando informações sobre quais os critérios de fiscalização utilizados por aquela pasta, para coibir possíveis abusos nos preços de combustíveis praticados pelos postos no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Ingo Henrique Hubert, DD. Presidente da COPEL, através da Governadoria, solicitando informações a respeito do montante de recursos repassados ao Município de Boa Esperança do Iguaçu, a partir do exercício de 1997, em razão da construção da Usina de Salto Caxias e do conseqüente alagamento de terras no referido município.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) CAITO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 400

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, a transcrição nos anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no Jornal Gazeta do Povo, do dia 21 de março de 1999, denominada "Há Fundamentos Bíblicos para a Campanha da Fraternidade sobre o Desemprego"?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) EDSON PRACZYK

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização do plebiscito, na área abaixo especificada, visando consultar a população, conforme prescrição legal sobre a criação do Município de Vista Alegre da Serra, com as seguintes divisas:

"Com o Município de São João, inicia no rio Chopin na Foz do Rio Mirim, sobe por este até a foz do rio Mirinzinho. Com o Município de Chopinzinho: inicia na foz do Rio Mirinzinho no rio Mirim sobe por este até a sua cabeceira no divisor de águas entre os rios Evoluído e Campinas, segue por este divisor na direção geral Sudeste até encontrar a BR 158. Com o Município de Coronel Vivida: inicia no encontro do divisor de água entre os rios Evoluído e Campinas com a BR 158, segue por esta na direção geral Sul até uma estrada secundária à direita, segue por esta até encontrar uma linha seca e reta, segue por esta na direção geral Sul até encontrar a cabeceira de uma afluente do rio Barro Preto, desce por este até encontrar a estrada São Luiz, segue por

esta até encontrar o rio Chopim. Com o Município de Pato Branco: inicia na foz do arroio São Luiz no rio Chopim, desce por este até a foz do Lajeado Gavião. Com o Município de Itapejara do Oeste: inicia na foz do Lajeado Gavião no rio Chopim, desce por este até a foz do rio Mirim”.

“Os seguintes limites de confrontações do Perímetro urbano, são os seguintes: Norte: por linhas secas, confrontando com terras do lote 113, desta gleba. Nordeste: por linha seca, confrontando com terras dos lotes 112, 111, 109 e 108 desta gleba. Leste: pelo rio Surubi, confronta com terras da gleba 2 da Colônia Guabirola. Sudoeste: confronta com terras dos lotes 72, 73, 76 e 77, desta gleba. Nordeste: por linhas secas com terras do lote 106, desta Gleba”.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) NEREU MOURA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 133/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data, imediata, a sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) MILTINHO PUPPIO

JUSTIFICATIVA:

Referente ao Projeto de Lei nº 133/99.

O presente projeto vem com o destino de refrear a violência cometida contra a mulher, que vem ocorrendo por todo o País a longo tempo, nos dias de hoje a agressão continua marcando o cotidiano de muitas famílias.

A luta da mulher contra as discriminações é freqüente, assim como a luta pela igualdade de direitos, cresce a necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

É uma realidade que, nos Municípios onde ainda não existe a Delegacia da Mulher, os crimes “domiciliares”, principalmente, na sua maioria

ficam impunes, geralmente por vergonha em denunciar.

A delegacia mais próxima fica na cidade de Maringá, e a instalação desta delegacia irá portanto favorecer também os municípios vizinhos à Apucarana.

As Delegacias da Mulher, vem se revelando um importante meio de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

É sabido que a violência está por toda parte e existe a necessidade de contê-la de forma rápida e eficaz, iniciando o processo pela proteção à vida, e a base da sociedade que é a família.

Diante do exposto, contamos com a presteza que é peculiar a esta Casa de Leis, no apoioamento a este projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 134/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná, nos termos da lei, obrigando a dar informações a todas as pessoas residentes no território paranaense e que recebam nominal e regularmente as faturas de energia elétrica e ou água, sobre a arrecadação mensal do ICMS, FPM e IPVA de cada Município.

Art. 2º - Em cada fatura, seja de energia elétrica ou de água, deverá constar discriminadamente o valor repassado naquele mês da cota parte do Município relativo ao ICMS, FPM e IPVA.

Art. 3º - Para informar corretamente ao cidadão e cidadã paranaense, residentes nos Municípios, o Governo do Estado designará o departamento competente da Secretaria da Fazenda Estadual, para colher as informações e repassá-las em tempo hábil a COPEL e SANEPAR, para que os dados sejam impressos nas faturas de energia elétrica e de água.

Art. 4º - O não cumprimento de qualquer mandamento inserido nesta Lei, caberá a autoridade responsável, seja do Governo do Estadual ou as Empresas de Companhia Mista citadas, arcar com crime de responsabilidade e outras penalidades previstas na legislação.

Art. 5º - A Assembléia Legislativa do Paraná, acompanhará a implantação num prazo de 180 (cento e oitenta) dias da presente lei.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Há muito tempo a população vem reclamando da malversação do dinheiro público. Os contribuintes que diariamente pagam pesados impostos, não possuem esclarecimentos e informações, sobre a origem dos recursos pagos.

Como estes impostos são originários da população num todo, nada mais justo de que ela tenha conhecimento do montante de recursos que são repassados mensalmente pelo governo estadual e federal a cota parte dos Municípios dos tributos existentes.

A sanção deste projeto, facilitará a vida dos Municípios que acompanhará parte da arrecadação de cada Município. Destarte, o acompanhamento servirá também para tornar possível a exigência de que o dinheiro público seja bem aplicado, como ainda dará a população, uma noção mínima do que é possível realizar da arrecadação de impostos.

PROJETO DE LEI Nº 135/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos de pagamentos de pedágio todos os veículos automotores, emplacados nos municípios, que sejam sede de praça de pedágio.

Art. 2º - Da mesma forma os veículos de qualquer natureza emplacados em municípios distantes em até 80 (oitenta) quilômetros da sede daquele município onde está instalada a praça de pedágio, também ficam isentos de pagamento da respectiva taxa de pedágio.

Art. 3º - A Secretaria de Estado dos Transportes, fará os levantamentos necessários e relacionará os Municípios que serão beneficiados com a presente lei, repassando as informações para as empresas concessionária das rodovias, para que a respectiva lista seja afixada em local visível na própria área de cobrança do pedágio, a fim de que os veículos emplacados nos municípios relacionados, sejam isentos das taxas de pedágio.

Art. 4º - O não cumprimento da presente lei, implicará no cancelamento sem aviso prévio do contrato, através do qual o Estado do Paraná, concedeu a rodovia em questão, para exploração da empresa concessionária.

Art. 5º - Caberá a Secretaria de Estado dos Transportes, através do DER, a fiscalização para que

os termos da presente lei sejam cumpridos integralmente.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) NEREU MOURA

PROJETO DE LEI Nº 137/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o PROVOPAR Municipal - Ação Social, com sede e foro no Município de Clevelândia - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR Municipal - Ação Social de Clevelândia é entidade de caráter beneficente de Assistência Social, sem fins lucrativos prestando assistência e orientação aos menos favorecidos, quer na infância, quer na juventude, que necessitam do encaminhamento para uma vida melhor.

A documentação que instrui o presente plano de lei, atende os requisitos da lei regulamentadora da matéria. Motivo que nos leva a solicitar o apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 138/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica assegurado aos Ministros de todos os cultos o acesso às entidades civis e militares de internação coletiva, da rede hospitalar pública estadual e particular, para prestarem assistência religiosa aos enfermos, em qualquer período, durante as 24 horas do dia.

Art. 2º - Os religiosos, mencionados no artigo anterior, deverão identificar-se perante o setor próprio das mencionadas entidades.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por escopo principal oferecer aos enfermos internados na rede pública estadual e particular o necessário conforto religioso, num momento de dor e sofrimento, independentemente do credo religioso.

O benefício será estendido aos familiares, que sofrem com seu doente e rezam pela sua recuperação. O conforto religioso certamente trará a todos mais forças para lutarem contra as adversidades de momento, inclusive funcionários da rede hospitalar abrangida pelo presente texto legal.

PROJETO DE LEI Nº 139/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu, com sede e foro em Laranjeiras do Sul - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Municípios denominada Cantuquiriguaçu é uma entidade de duração indeterminada, visando a integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem.

A documentação que instrui o presente plano de lei atende os requisitos da lei regulamentadora da matéria, motivo que nos leva a solicitar o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 140/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Novo Amparo, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Creche Novo Amparo foi fundada em cinco de dezembro de 1996, com sede na Rua Agenor Pereira da Silva, quadra 15, no Conjunto Habitacional Novo Amparo, no Município de Londrina.

A Creche presta assistência social e promocial humana para crianças carentes, em regime de apoio social educativo, em meio aberto, sem distinção de raça ou crença religiosa, na faixa etária de 2 a 6 anos.

A entidade tem ainda por finalidade estudar os problemas sociais envolvendo a criança e seus familiares, objetivando a integração sócio-econômica entre as crianças, sua família e a comunidade, através de orientação técnica adequada.

A Creche também zela pela saúde das crianças, encaminhando as mesmas para tratamento de saúde, inclusive com tratamento odontológico.

Oferece a instituição, que funciona das 7 às 18 horas, quatro refeições diárias para as crianças, sendo café da manhã, almoço, lanche e jantar. As crianças que ficam após as 18 horas continuam sendo assistidas até que os pais venham buscá-las.

Diante do relevante serviço prestado, pede-se a colaboração desta Assembléia para a rápida aprovação desta matéria, beneficiando trabalho de extrema valia para a comunidade londrinense.

PROJETO DE LEI Nº 141/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As mensagens de publicidade de atos, programas, serviços e campanhas das administrações direta, indireta e fundacional do Estado, veiculadas na televisão terão traduções simultâneas para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Lei Brasileira de Sinais - LIBRAS, foi reconhecida no Estado do Paraná no ano de 1998, através da Lei 12.095/98.

Compreende-se como Língua Brasileira de Sinais o meio de comunicação de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriunda de comunidades de pessoas surdas. É a forma de expressão do surdo e sua língua natural.

A rede pública de ensino, através da Secretaria de Estado da Educação, está incluindo a LIBRAS como conteúdo obrigatório nos cursos de formação na área de surdez, a nível de segundo e terceiro graus.

De acordo com a legislação citada, a Administração Pública, direta, indireta e fundacional,

através da Secretaria de Estado da Educação, ficou obrigada a manter em seus quadros funcionais profissionais surdos, bem como intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, no processo ensino-aprendizagem, desde a educação infantil até os níveis mais elevados de ensino em suas instituições.

A cidadania é direito de todos os brasileiros, assegurado pela Constituição Federal. Não se concebe, portanto, que um segmento da população possa deixar de exercê-lo em sua plenitude.

Mas, apesar da inequívoca garantia constitucional, alguns segmentos populacionais, como os portadores de deficiência auditiva, não têm como exercer esse direito integralmente. Um dos obstáculos a esse exercício é a falta de informação, pois as mensagens veiculadas pela televisão, inclusive aquelas produzidas sob a responsabilidade do Estado do Paraná, continuam inacessíveis aos portadores de deficiência auditiva.

Este projeto de lei, ao determinar a tradução das mensagens publicitárias para a linguagem de sinais, desfaz a inacessibilidade e quebra a barreira existente entre a esfera pública e os deficientes auditivos.

Podendo informar-se correta e quotidianamente sobre as iniciativas do Estado, os portadores de deficiência auditiva terão condições de formar opinião e se sentirão estimulados a sair de sua secular marginalização e a participar da vida do Estado em todas as suas manifestações.

Por ser este um projeto de lei justo, que contempla significativo número de paranaenses e tem por objetivo promover a inclusão social dos mesmos, conto com o apoio desta nobre Casa para sua aprovação.

Enquanto a sociedade não se conscientizar de que pode estabelecer uma comunicação com a pessoa surda, esta continuará sendo como estrangeiro, em sua terra natal.

A sociedade brasileira precisa conhecer o surdo, sua língua, suas necessidades e suas potencialidades e saber que existem comunidades surdas convivendo numa situação bilíngüe.

PROJETO DE LEI Nº 142/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Artigo 1º da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, que instituiu a Região Metropolitana de Londrina, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituída, na forma do Artigo 25, § 3º, da Constituição Federal e Artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios de Londrina,

Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Tamarana e Bela Vista do Paraíso.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Bela Vista do Paraíso aprovou Requerimento, no dia 08 (oito) de março do corrente ano, solicitando a inclusão daquele município na Região Metropolitana de Londrina.

Segundo dados fornecidos pela referida municipalidade, mais de nove mil e oitocentos cidadãos, por mês, utilizam o transporte coletivo entre os Municípios de Bela Vista do Paraíso e Londrina, haja vista que muitos belavistenses trabalham em Londrina, inclusive participando de feiras e outros eventos comerciais.

Além da possibilidade de desenvolvimento urbano, através de planejamento conjunto, a inclusão do Município de Bela Vista do Paraíso à Região Metropolitana de Londrina importará na implantação de linhas de transporte coletivo metropolitano, favorecendo os deslocamentos da população que se utilizam desses serviços.

Cabe salientar que, diariamente, oito ônibus de transporte de estudantes se deslocam de Bela Vista do Paraíso para Londrina, sendo quatro deles pela manhã e mais quatro no período noturno, situação que comprova a importância da interligação na Região Metropolitana de Londrina.

Bela Vista do Paraíso tem população de 14.678 (catorze mil, seiscentos e setenta e oito) munícipes, sendo 13.302 no perímetro urbano e 1.376 na área rural. A população economicamente ativa é de 7.802 munícipes. Foi desmembrado de Sertãozinho em 1953, sendo elevado à categoria de comarca.

Segue apenso encarte contendo mais dados sobre o Município de Bela Vista do Paraíso, cujos munícipes consideram fundamental a somatória daquela cidade na Região Metropolitana de Londrina, como forma de garantir o desenvolvimento da localidade.

PROJETO DE LEI Nº 143/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Neurológica - APAMCRIN, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos da Criança Neurológica - APAMCRIN, foi fundada em 15 de julho de 1997 e determinou o arquivamento do respectivo Estatuto no dia 20 de agosto de 1998.

Sem fins lucrativos, a Associação conta somente com a boa vontade de seus membros, assim como de outros voluntários, para prestar significativo trabalho em favor de crianças com problemas neurológicos, apoiando inclusive os familiares das mesmas.

Da simples análise do relatório de atividades da referida Associação, documento necessário para a tramitação deste processo, tem-se noção do alcance do trabalho realizado pela AMPACRIN. Assim, espera-se o apoio desta Assembléia Legislativa para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 144/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigados os ônibus intermunicipais, que trafegam no Estado do Paraná, a transportar, gratuitamente, os Policiais Militares do Estado do Paraná, desde que fardados, mediante simples identificação.

Parágrafo Único - O transporte, de que trata o "caput" deste artigo, será permitido em pé, desde que o número transportado não comprometa a segurança do veículo ou desobedeça qualquer lei existente a respeito da matéria, sendo que, na existência de lugares para sentar, os Policiais Militares poderão ocupá-los desde que não exceda a 3 (três) vagas por veículo.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento de todos das dificuldades financeiras que encontram os soldados, cabos e sargentos da Polícia Militar do Estado do Paraná para conseguir sobreviver nos dias de hoje, mercê dos baixíssimos soldos e pelo fato de que a grande maioria foi obrigada, por esse motivo, morar a grandes distâncias de seus locais de trabalho, inclu-

sive em outros municípios. Estamos acostumados a ver dezenas de militares espalhados pelas rodovias, pedindo carona em razão da absoluta impossibilidade de pagarem passagem.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos Senhores Deputados que integram este Parlamento, que pretende minorar esta grave situação da valorosa corporação militar paranaense, sem ônus para o Estado, no tempo em que trará mais segurança aos passageiros.

PROJETO DE LEI Nº 145/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Asilo São Vicente de Paulo com sede e foro no Município de Carlópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O Asilo São Vicente de Paulo tem como objetivo amparar e dar moradia definitiva aos carentes, ofertando desde alimentação, vestuários, abrigo, assistência médica, hospitalar e odontológica.

A entidade desenvolve junto aos abrigados programas de recreação e mobilidade física mental com o objetivo de inibir a ociosidade, estendendo ainda a dar amparo necessário a sobrevivência humana, proporcionando aos abrigados uma moradia feliz e dotada de infra-estrutura suficiente para atender a demanda.

PROJETO DE LEI Nº 146/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Elza Grassiotto Caselli, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Elza Grassiotto Caselli, localizada no Município de Paranavaí, é uma entidade privada, sem fins lucrativos.

vos, tendo por finalidade, entre outras, representar os reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à escola contribuindo, dessa forma, para a melhoria do ensino.

Assim sendo, entendemos ser esta entidade merecedora do apoioimento dos Nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 147/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido a importação, cultivo, produção e o transporte de produtos geneticamente modificados, transmutados ou de vegetais alterados, dentro dos limites do Estado do Paraná.

Art. 2º - Fica estendida ao Comércio atacadista, aos supermercados, aos hotéis, bares, restaurantes e similares, a oferta de produtos derivados dos alimentos transgênicos, aos usuários consumidores, de que trata o "caput" do artigo primeiro.

Art. 3º - As empresas domiciliadas no Estado do Paraná que desenvolvem ou que porventura venham a desenvolver pesquisas com organismos geneticamente modificados, deverão relatar suas atividades às Secretarias de Agricultura e do Abastecimento, Saúde, Meio Ambiente e Recursos hídricos e a da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná.

Art. 4º - A Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a Secretaria de Saúde, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, bem como os Órgãos de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná, poderão mediante suas ações fiscalizadoras, atuar em conjunto, podendo impor entraves, barreiras, licitar, firmar convênios, contratar empresas especializadas, laboratórios nacionais e internacionais, para o fiel cumprimento desta lei.

Art. 5º - Em casos específicos para fins científicos e educacionais, somente poderão cultivar áreas experimentais para esses produtos, as empresas públicas e privadas autorizadas pela Comissão Técnica Nacional de Biosegurança - CTNBio, com a palavra final do Ministério da Agricultura e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

JUSTIFICATIVA:

São chamados transgênicos todos os organismos vegetais ou animais que tiveram sua estrutura genética manipulada para introduzir na espécie características que ela não possuía antes.

Nada contra o avanço da engenharia genética. Porém, contra tudo aquilo que possa colocar em risco a saúde humana e o meio ambiente.

A comunidade científica ainda não tem dados suficientes para dar cabal aprovação aos alimentos modificados geneticamente. Para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) o atual grau de informação sobre plantas transgênicas não nos permite concluir sobre os riscos a saúde da população.

Tal projeto objetiva prevenir que no Estado do Paraná, produtos transgênicos sejam impedidos, até que a Ciência se posicione no sentido de que eles não causem riscos nem para o homem como também ao meio ambiente.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) está solicitando maior rigor no controle dos alimentos transgênicos, pois os riscos são ainda imprevisíveis às pessoas e ao meio ambiente.

Ninguém pode ser contra ou a favor daquilo que não conhece. Não formulo nenhum princípio contra técnicas associadas à engenharia genética ou plantas. Acredito no estímulo a possibilidade de serem criadas plantas resistentes a pragas e a moléstias, ou com alteração em suas propriedades bioquímicas para aumentar assim o valor nutricional.

A rigor, a aprovação deste projeto, indica o grau de bom senso dos representantes do nosso povo. Estamos dizendo que os organismos geneticamente modificados precisam ter a aprovação da Comunidade Científica, antes de chegarem aos consumidores.

Estamos concedendo uma "moratória" até a decisão positiva da Ciência.

PROJETO DE LEI Nº 148/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o Art. 1º da Lei nº 11.196, de 13 de novembro de 1995, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Espiritualista Cristã Obreiros da Paz, com sede e foro nesta Capital".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Na redação final da Lei nº 11.196, de 13 de novembro de 1995, constou a palavra "OESTE" que na realidade não existe no nome da entidade, conforme demonstram o Estatuto registrado e o extrato do mesmo publicado no Diário Oficial do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Edson Strapasson.

(**Declina**)

Com a palavra o Deputado Irineu Mário Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Havia preparado um texto para o meu pronunciamento já na semana passada com a assessoria da liderança do Partido dos Trabalhadores, mas mesmo os fatos que ocorreram na Semana Santa, o texto que vou ler não perdeu a importância. É sobre a questão da reforma agrária, os conflitos que envolvem a região Noroeste do Estado do Paraná e o Movimento dos Sem-Terra.

O Governo Federal desde há muito vem se debatendo com essa questão da reforma agrária. Algumas mudanças são implementadas, uma delas foi o rito sumário da desapropriação, previsto na Constituição Federal. O Governo Federal atualmente está deixando de lado o instrumento de desapropriação que é a penalização do latifúndio improdutivo para priorizar a compra de terra através de leilões públicos, e isto tem se configurado num fracasso nas experiências que o Governo Federal tem enfrentado.

A falta de seriedade da política agrária do Governo FHC é de tal ordem que ele quer desmantelar o INCRA, transformando esse instituto numa mera agência executiva, reafirmando o poder de autarquia conferido pela Constituição Federal, perdendo portanto o caráter de organismo organizador da reforma agrária. Tanto isso é verdade que o INCRA sofreu um corte em relação a 98 para este ano, na ordem de 71% do seu orçamento. Se os reclames da reforma agrária são bem-vindos, porque a nós interessa a reforma agrária, também sabemos dirigir a quem; e a falta de orçamento e empenho do Governo Federal junto ao INCRA.

Dos itens que compõem o orçamento do INCRA este ano houve crescimento somente no item de dispêndio, destinado a pagamento de encargos da dívida externa relativo a operações de crédito no exterior, o crescimento deste item é de 68%.

O PROCERA, única linha de financiamento aos assentamentos, fundamental para o sucesso econômico dos agricultores, teve suas dotações diminuídas em 56%.

No Paraná, segundo dados da Secretaria da Agricultura, pouco mais de quatro mil agricultores familiares obtiveram recursos no PRONAF no ano passado, num total de 13 milhões de reais, ou seja, pouco mais de 1,5% dos agricultores familiares paranaenses foram beneficiados com esses recursos.

Conforme os dados da própria FAEP, cerca de 96 mil pequenas propriedades agrícolas deixaram de existir no Estado do Paraná nos últimos dez anos. A assistência técnica para os assentamentos simplesmente terá 91% a menos de recursos em relação a 98, confirmando definitivamente a atitude deliberada do governo para acabar com qualquer projeto de reforma agrária no País. As dotações programadas para obtenção de terras foram reduzidas em 94%. Portanto, existe um descompasso entre o que fala o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o que realmente faz.

O objetivo do governo é muito claro. Desde que tomou posse vem tentando derrotar a principal organização civil da América Latina, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, uma organização que surgiu por conta da ausência de políticas agrícolas e agrárias no Brasil nas últimas décadas.

Ninguém nega a importância social. E para o impulsionamento da reforma agrária no Brasil, das ações desenvolvidas pelo Movimento Sem-Terra em que pese nós tenhamos aqui e acolá alguns senões, mas no geral, tem acertado na sua manifestação, como entidade cívica que busca resolver um problema social que é a questão da reforma agrária.

No Paraná, toda essa situação começa a ganhar espaço. Atualmente, um dos Estados com maior número de conflitos pela posse da terra. Pressionados pelos latifundiários e infelizmente por alguns integrantes desse poder, o governo do Paraná tem se mostrado disposto a executar os dispêncios dos sem-terra. Recentemente o governador, alguns secretários e deputados estiveram em Brasília para discutir o assunto com o Ministro da Justiça.

Trata-se, ao meu ver, de uma pressão descabida, que só visa acirrar ainda mais o clima de violência no campo. Os dados da crise econômica, realçada pela recessão, desemprego, falência e toda a sorte de problemas sociais daí decorrentes, coloca a reforma agrária como ponto central das questões econômicas e sociais que atinge o país.

Fora os conflitos ocorridos na primeira questão com o Governador Lerner, as negociações entre o governo e o MST diminuíram esses conflitos. Só no ano passado os sem-terra desocuparam 28 propriedades de forma pacífica, fruto de negociações. Aqui ninguém desconhece as ocupações promovidas pelo MST e a fórmula encontrada para pressionar o Governo Federal para que promova a vistoria das áreas.

Desde que iniciou o processo de reforma agrária no país, em 85, com todos os demarques, foram instalados no Paraná 190 projetos de reforma agrária, equivalendo a mais de 11 mil famílias assentadas em 238 mil e 639 hectares. Estão em fase de implementação 36 projetos envolvendo aproximadamente 1300 famílias, num total de 24 mil hectares.

Existem ainda outros 15 projetos em fase de pré-instalação, só restando a emissão de posse para sua total legalização, que beneficiarão 1180 famílias que serão assentadas e 19 mil hectares. Estão pendentes 91 processos cujas áreas estão ocupadas com os sem-terra, envolvendo 4500 famílias. Existente também um acampamento de 800 famílias à margem da BR-158 no município de Rio Bonito do Iguaçu, no Oeste do Paraná.

É preciso destacar que das 91 áreas ocupadas, Senhores Deputados, apenas 6 são consideradas produtivas, que estão ocupadas e que o MST já deu informações aos jornais, estão dispostos a negociar, basta buscar o diálogo. Portanto, essas 91 áreas são passíveis de transferências a seus ocupantes atualmente. Aí tem gente que fala assim: "é Deputado, as áreas têm reintegração pela justiça". Nós vamos tratar aqui, não do ponto de vista absolutamente legal, mas podemos tratá-lo também porque dizer que o mandato de segurança é uma medida provisória, isto é. É frágil e provisório.

Agora, temos que tratar a questão da reforma agrária do nível absolutamente político, como tem acontecido, o Deputado Augustinho Zuchi é testemunha, como batalhador da questão da terra, que vários laudos de improdutividade são questionados na justiça. Quando a justiça resolve o problema, o laudo tem validade e as famílias são a assentadas. Se você colocar o governo para retirar essas famílias, essas mesmas famílias vão ser assentadas nesse mesmo pedaço de chão. É uma violência absolutamente gratuita, desnecessária. Como também se tornou desnecessário denunciarmos e culparmos a pressa com que se tratou a questão aqui nessa Assembléia, nesse Parlamento, que resultou numa pressão descabida e um certo desleixo da polícia em Querência do Norte, que resultou na morte de um amigo meu, amigo pessoal da cidade, onde eu moro, Medianeira.

O meu companheiro feirante, vendedor de frutas e verduras na freira, na praça central, fornecedor de leite para várias famílias, entre as quais a minha família, Eduardo Aguinoni. Saiu às 09:00 da manhã de terça-feira, para Querência do Norte visitar seu irmão chamado Celso, que é efetivamente uma liderança do MST em Querência do Norte. Quando jantava às 09:00 da noite, transcorridas doze horas da sua estada em Querência do Norte, foi atingido por quatro balas na região do peito.

Quatro disparos, três balas atingiram o Eduardo e ele veio a falecer à uma hora da manhã.

Coincidentemente ou não, uma declaração do líder da UDR, da região de Querência do Norte, dizia que as ocupações que estavam por ocorrer naquela área, se deviam a liderança de Celso Aguinoni, do Cabral e de outro nome que não lembro, do MST, e o primeiro da lista que ele cita no jornal a Folha de Londrina e na Gazeta do Paraná, é exatamente Celso Aguinoni, que é o líder que deveria ser morto naquela noite e seu irmão foi alvejado. Pela janela este pistoleiro atirou a pouco mais de três metros da vítima, e todos se atiraram ao chão. O pistoleiro tinha informações sobre a aparência física, e um irmão não é muito diferente do outro. Tinha informação de que ele chegava com uma camionete branca, que era da Cooperativa, está lá produzindo no assentamento, regularizado pelo INCRA. Outra coincidência terrível, é que a polícia tinha aumentado por aqueles dias a segurança naquela área. Todos os assentados, não os sem-terra, daquela área saíam para ir à cidade trabalhar na Cooperativa, eram todos revistados de cima em baixo pela polícia, se portassem uma faca, era tirado. Obviamente que queriam pegar a liderança do MST com uma arma branca, com um facão, com uma espingarda, quem sabe, para poder esgrachar. E eles evidentemente, nunca andam armados. Sabem que sofrem uma violência política.

Coincidência ou não, o pistoleiro com um ajudante, veio ao assentamento dos sem-terra, assentamento regularizado pelo INCRA, com um carro, só se sabe que é um carro, não se sabe que tipo de automóvel é esse. Veio a pé até a sua casa, andando aproximadamente mil metros, atirou, correu e tomou novamente a mesma condução, sendo que nesse percurso a polícia fazia barreira - tanto para entrar como para sair.

As declarações do Líder da UDR, mais essa postura da Polícia Militar na área, mostrou que havia uma tolerância, ao meu ver, ao armamento dos fazendeiros, que andam armados, sim, como me deram informações que o Senhor Tarcísio, que é Líder da UDR, anda armado, com a tolerância da polícia. Como são intoleradas qualquer forma de organização, nem que seja para se proteger a própria família ou no carro portanto arma dos sem-terra. E o pistoleiro teve livre acesso para atirar numa liderança do MST, que obviamente sempre tomou as suas precauções. Mas infelizmente o que morreu não foi o Líder do MST, nem devia ser ele também. Muito mais, morreu um amigo da gente.

Aqui está um Deputado que fala não só pela boca da razão, que defende a reforma agrária, sendo de um Partido que defende a ocupação de terras improdutivas como forma de avançar a reforma agrária, mas também por alguém que perdeu um

ente querido, um amigo que nada tinha a ver com aquilo que estava acontecendo lá.

É bem provável que o falecido Eduardo se tornaria um acampado sem-terra, porque era feirante, a feira não estava rendendo tanto, como alternativa econômica e social para sair da situação de miséria.

Senhores Deputados, a reforma agrária deve ser tratada, sim, como um aspecto da justiça social pelo Governo Federal. Reforma agrária se resolve numa Nação.

Aqui no Paraná, quando forem discutir qualquer ação que envolva a questão da violência, seja para retirar ou para negociar, teremos sempre que usar o diálogo, porque se evita violência.

O Deputado Nereu Moura chamou a atenção para a escala de violência que levaria esta Bancada que estava se formando aqui na Assembléia, dos Ruralistas, levaria um aguçamento das contradições. Ele acertou em cheio. pela experiência que o Deputado Nereu Moura tem, pela experiência que temos, sabemos que existem soluções mais fáceis, pouco mais demoradas, bem mais inteligentes mas que são possíveis de se tirar desse Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos comunicar à Casa, a preocupação que estamos tendo com a situação que se encontra o Município de Paranaguá, e como consequência, todo o Paraná. Estou falando a respeito do cólera.

Trago à Casa todas as medidas, todas as preocupações que tomou o Governo do Estado, em especial, a Governadora em exercício, Emilia Belinati, que pessoalmente esteve em Paranaguá. E, neste exato momento o Governador Jaime Lerner também está se deslocando a Paranaguá para ver a situação de perto que eu, o Deputado Ângelo Vanhoni, Hidekazu Takayama, observamos nesses últimos dias. Desde quinta-feira estou acompanhando as ações do Secretário Estadual da Saúde, Armando Raggio, da Fundação Nacional da Saúde, de técnicos que já chegaram e que estão intensificando todo o trabalho de prevenção, de orientação, de conscientização, de comunicação aos moradores de Paranaguá e todo o nosso litoral.

Na sexta-feira passada pelos exames de laboratório, foi confirmado o primeiro caso de cólera na Vila Guarani, que é o foco principal do problema do cólera.

No dia 27, sábado, inspeção de técnicos para conhecimento e avaliação das condições de assistência médica, de meio-ambiente, identificação das

áreas de risco. No mesmo dia, reuniões com técnicos da 1ª Regional da Saúde, foram efetuadas comandadas pelo Secretário Armando Raggio. No dia 29 - segunda-feira - notificação ao Ministério da Saúde do primeiro caso registrado e envio da amostra ao Instituto Adolfo Lutz para o diagnóstico definitivo do caso corrido.

Na sequência - estou dando aqui o cronograma de todas as ações efetuadas pela Secretaria Estadual da Saúde - no dia 30, terça-feira - já havia 38 casos suspeitos, 6 casos confirmados e 16 pessoas hospitalizadas na Santa Casa de Paranaguá. Com isso foi dado o alerta às Regionais de Saúde, para a Vigilância Epidemiológica e investigação dos casos de diarreia. Seguido ao monitoramento ambiental nos principais pontos das estradas que levam caminhões ao Porto de Paranaguá, nesta época, aproximadamente 2 mil caminhões diariamente chegam a Paranaguá, nesta época, só aí já dá 2 mil motoristas, sem contar que alguns levam a família: esposa, crianças, papagaio, periquito e alguma coisa mais, aproximadamente duas mil quinhentas pessoas chegam diariamente em Paranaguá nesta época da safra.

Foi feita também uma reunião com os Secretários Municipais de Saúde da Região Metropolitana de Curitiba, para esclarecimento e adoção dos critérios de vigilância e que foram evidentemente seguidos. No dia 31 - quarta-feira - já subia para 57 o número de casos suspeitos, 7 casos confirmados, 5 hospitalizados. Foi feita então a criação - por ato da Governadora em exercício, Emilia Belinati, da Comissão para tratar do caso e que é coordenada pelo Secretário Chefe da Casa Civil. Intensificação dos trabalhos dos agentes de saúde, definição das unidades de saúde em plantão durante o feriado, entrega de folhetos informativos nos pedágios, Polícia Rodoviária, estações rodoviárias e outros pontos de grande fluxo de pessoas.

No dia 1º - quinta-feira - 98 casos, 12 deles hospitalizados. Visita do Secretário Chefe da Casa Civil, da Saúde, aos locais de risco, unidades de saúde. Reunião com profissionais em unidades hospitalares de Paranaguá para estabelecimento de fluxo de atendimento aos pacientes. Com a confirmação laboratorial de 10 casos, ocorre então a mudança do critério de confirmação de casos, passando a ser utilizado, para fins de confirmação, o critério clínico.

No dia 2 - sexta-feira - 107 casos, 6 hospitalizados. No dia 3 - sábado, com a presença da Governadora em exercício, Emilia Belinati - 155 casos, 17 hospitalizados. Visita do Secretário da Saúde às comunidades nas ilhas onde ocorreram casos notificados. Visita da Governadora em exercício no Núcleo Operacional e nas áreas de risco e hospital

local também. A entrega de material informativo às igrejas e templos e definição de abertura de unidade ambulatorial específica, utilizada uma unidade local da Prefeitura como ponto central para o atendimento com relação à questão do cólera.

No dia 4 - domingo - 205 casos, 19 hospitalizados. Foi feita a solicitação à Defesa Civil para auxílio na busca ativa de casos nas ilha da Baía de Paranaguá. E nesta segunda-feira, dia 5, implantação da reidratação oral em 13 unidades básicas de saúde, início do trabalho de informação e conscientização junto às escolas do município.

Este é o trabalho que está fazendo incansavelmente o Secretário da Saúde, Armando Raggio, acompanhado em todos os instantes pelo Secretário da Casa Civil, Pretextato Tabor da, com a ida lá na quinta-feira da Governadora em exercício e com a descida agora do Governador Jaime Lerner, que acompanha também com muita expectativa e com muita preocupação esta situação que ocorre em Paranaguá.

A verdade, para quem esteve no local e viu os pontos de risco, pode avaliar o que pode acontecer na continuação, se não for estancada imediatamente esta ação da proliferação do cólera.

O bairro da Vila Guarani, que fica próximo ao posto de triagem do Porto de Paranaguá, é um bairro sem nenhuma estrutura de saneamento, onde pessoas têm suas casas praticamente fincadas em cima do Canal de Embuguaçu e também do Canal Anhaia, e conseqüentemente, todos os dejetos são jogados no canal, e conforme a subida da maré isso vai para o mar adentro, e conforme a descida da maré, acaba voltando também para as próprias casas.

É uma situação de calamidade pública, onde o Prefeito Mário Roque também mostra toda a sua preocupação, e colocou todo o processo, todo o esquema da Prefeitura à disposição também, para que, unindo forças com o Governo do Estado e com os elementos técnicos da Fundação Nacional da Saúde, fazem uma varredura, fazem um trabalho incansável na tentativa de combater esse mau do cólera, que lamentavelmente passa a ser hoje uma luta desesperada do Governo do Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Algaci Túlio, gostaria de me somar à sua preocupação, até por minha formação como engenheiro civil, e antes de mais nada, porque o problema do cólera não é problema de saúde, é muito mais um problema de saneamento, e se fizermos um levantamento no Estado do Paraná, são poucas as cidades que têm um percentual acima de

50% das casas com rede coletora de tratamento de esgoto.

Então, realmente é preocupante a situação, até para o grande intercâmbio que o Porto de Paranaguá tem com os demais municípios do Paraná, e podemos dizer não somente do Paraná, inclusive com a ligação que tem com o país vizinho, Paraguai, enfim, a situação é grave, é preocupante, eu acredito que se hoje tivermos uma epidemia de cólera na capital do Estado, que é a cidade mais estruturada do Paraná, teremos problemas seriíssimos. Faço um alerta e até uma crítica ao município de Curitiba, eu que sou um dos adeptos das caminhadas no Parque Barigui. Tivemos uma enchente há 45 dias atrás, aqui na nossa capital.

Hoje, o Parque Barigui está completamente assoreado, não houve providência nenhuma por parte da Prefeitura, e esta semana, quando caminhava, eu pensava exatamente nisso. Se nós tivermos um problema de cólera na capital do Estado, da forma como as coisas vem acontecendo, teremos aí uma situação extremamente grave.

Acho que não podemos mais deixar como sendo problema de Paranaguá; é problema do Estado, não é o problema do Prefeito, não é o problema do Secretário de Saúde, realmente o Governador Jaime Lerner terá que entrar com todo o seu peso político, com todas as suas ações, com toda a estrutura do Estado, para que não tenhamos realmente uma situação de extrema gravidade no Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO

Agradeço o aparte e a sua preocupação também, acho que é a preocupação de cada um de nós aqui nesta Casa, porque a questão do cólera é uma verdade, é muito mais questão de saneamento básico mesmo, e isto é o que se demonstra a carência que tem o município de Paranaguá, especialmente por estar numa área de mananciais, estar numa área de muito mangue, e com muita habitação em cima o que é pior, administrações anteriores, não vale a pena aqui agora citar este ou aquele prefeito, mas evidentemente governos anteriores também não deram a devida atenção para o nosso litoral e hoje está aí o resultado. Paranaguá é um caso muito sério! Para que os Senhores tenham uma idéia os 20 quilômetros ou 30 que se formam das filas de caminhoneiros nas descidas para Paranaguá, eles estacionam por 3, 4, 5 até 10 horas na estrada, esperando o momento para chegar até esse pátio de triagem, e não tem nenhum tratamento, nenhuma ajuda de sanitários nesse trecho, e todos sabem que nesse trecho da rodovia existem os fundos de vales, e qualquer dejetos jogado nessa área com a chuva é levado adiante. Isso traz, realmente, a transmissão da cólera e de outras doenças tam-

bém. Por isso, o Superintendente do Porto de Paranaguá também foi convocado para uma reunião, e certamente a essa hora já está com o Governador Jaime Lerner, para tratar da infra-estrutura dentro do Porto de Paranaguá, no pátio de triagem e nesse trecho da rodovia, até que é de 20 quilômetros, aproximadamente, de acesso dos caminhões ao pátio do Porto de Paranaguá.

É uma questão séria que merece toda a atenção desta Casa, minha, do Hidekazu Takayama, do Marcos Isfer, do Ângelo Vanhoni, do Nelson Justus. Nós que temos tido assim uma atenção mais direta dada ao prefeito local, às autoridades políticas locais, temos também essa responsabilidade de trazer para esta Casa essa preocupação e reivindicar junto aos órgãos governamentais imediatas ações. E tenho certeza que o governador voltando, como voltou a governadora em exercício, apavorada com que viu na última quinta-feira ao visitar algumas casas, ao adentrar em residências de pessoas pobres, de pescadores, ela pode ver o estado de miséria em que vive aquele pessoal e a maneira como eles convivem com o Canal do Anhaia, Deputado Marcos Isfer, que é uma obra não concluída pelo prefeito anterior e que é uma água praticamente parada, ela só se movimenta conforme a maré da Baía de Paranaguá. Aí você pode imaginar, quando sobe a maré vem tudo para dentro do canal, joga para os quintais e até para dentro de algumas residências.

É um caso gravíssimo, ficamos profundamente preocupados e temos certeza que o governador, ao regressar hoje de Paranaguá, deverá imediatamente acionar o IAP (Instituto Ambiental do Paraná), acionar a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, acionar a COHAB ou a COHAPAR, digo, acionar também a Secretaria de Saneamento, a SUDERSA, no sentido de que se faça imediatamente um trabalho de saneamento básico naquela região.

Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Algaci Túlio, quero congratular-me com V.Exa. e também com o Deputado Marcos Isfer, com o Takayama, Nelson Justus, o Ângelo Vanhoni que sabemos que estão com suas ações políticas parlamentares voltadas também, a exemplo de outros companheiros que atendem a região de Matinhos, atendem a região de Guaratuba, a exemplo do Deputado Nelson Justus, como já disse, voltando as suas ações políticas parlamentares para o litoral.

É necessário sim, e fico também satisfeito, porque vi a reportagem que a Governadora Emilia Belinati tenha pessoalmente se deslocado para o litoral do Paraná para tomar pé da situação, porque é triste para nós sabermos que hoje o Paraná está

nas manchetes do mundo, porque esse assunto não se limita ao Estado do Paraná, ao Brasil, mas está nas manchetes do mundo, não por um feito na sua agropecuária, não por um feito na sua produção industrial, mas por um feito que desmerece a nossa imagem enquanto agentes do bem-estar social da população.

O cólera, todos sabemos é resultado de insuficiência no trato adequado das águas que vão depois para o oceano. Quer dizer, é falta, efetivamente, de saneamento. E como bem disse Vossa Excelência, não é culpa, evidentemente, só desse governo, mas, é bom que se lembre que nos governos que nós representamos, em especial no governo de Roberto Requião, se iniciou um trabalho muito grande em favor do litoral do Paraná, principalmente desse litoral para cá de Matinhos com a implantação da rede de abastecimento de água da SANEPAR e também complementando aquilo que algumas vezes já tinha sido feito por Álvaro dias e por outros governos, na questão do tratamento de esgoto tanto de Matinhos, quanto de Guaratuba.

A questão de Paranaguá, nós sabemos, é muito mais séria do que se analisarmos em relação a outros municípios do Estado do Paraná.

É muito mais sério inclusive do que a própria Capital. Paranaguá, principalmente neste época, e Vossa Excelência bem o disse, recebe um afluxo de veículos e de pessoas oriundas dos mais diferentes rincões deste Estado, deste País e até do MERCOSUL, porque sabemos que não é só do Paraná e do Brasil que se transporta por lá a soja.

Então, há necessidade, em primeiro lugar, de se cuidar bem das condições de higiene e instalações adequadas para os caminhoneiros que se dirigem para a região de Paranaguá.

Ainda não tive a oportunidade de ir lá neste estacionamento, mas a informação de pessoas que estiveram lá, diz que não existe um mínimo de condição higiênico-sanitária. Ali a água dos banheiros vai direto para os córregos, sem nenhum tratamento, sem nenhuma prevenção. E isso é uma coisa que tem que ser olhada com muita rapidez mesmo.

Quero cumprimentá-lo porque, a exemplo de Vossa Excelência tenho minha residência de veraneio na Praia de Leste e, neste final de semana lá estive e conversei com pelo menos 10 pessoas e o nível de preocupação é terrível. Deu para se ver a ausência da população neste feriado prolongado no Litoral, certamente em decorrência das notícias da presença da cólera em Paranaguá.

Cumprimento Vossa Excelência e me somo em todas as ações que se fizerem necessárias e que a nós for possível, para que possamos ajudar na solução deste gravíssimo problema que o Governo tem que enfrentar de frente porque, afinal de con-

tas, até onde sabemos, estão aí os recursos do PARANASAN que teriam destinação inclusive para o município de Paranaguá, e segundo informações, estes recursos lá não chegaram.

O SR. ALGACI TÚLIO

Agradeço sua intervenção, vem trazer também mais detalhes e é importante que reconheçamos que a implantação da água que chega hoje até Pontal do Sul, lá em Pontal do Paraná, foi obra concluída no governo anterior.

Mas todos nós temos responsabilidade por aquilo que ainda não está acontecendo de bom no litoral e o saneamento básico é fundamental.

Fica aí, Senhor Presidente, o comunicado que trago à Casa, por ter acompanhado de perto, nestes últimos quatro dias, o desenrolar das ações.

Quero dizer que o Governo do Estado, em momento algum, deixou de dar atenção neste período todo, com o secretariado Armando Raggio praticamente ficando dioturnamente em Paranaguá, o Secretário da Casa Civil da mesma forma, a ida da vice-Governadora no sábado e a ida hoje do Governador Jaime Lerner demonstram a preocupação e esperamos medidas urgentes sob pena que este mal possa se alastrar não somente pelo Paraná, porque já vimos lá, no último sábado, a presença do Secretário da Saúde de Florianópolis, pessoal do litoral catarinense presente e todos preocupados que possa atingir também o litoral de Santa Catarina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa cumprimenta o Deputado Algaci Túlio, como os demais oradores que fizeram uso da palavra e, na sua opinião pessoal, está cada vez mais convencido que o Governo do Estado tem um débito muito grande com o litoral do Paraná.

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acompanhamos com preocupação o entrevero ocorrido no Paraguai recentemente, que resultou no afastamento do Presidente do Paraguai, o assassinato do vice-Presidente e na posse do Presidente do Congresso Nacional no cargo de Presidente da República.

E, nós que fazemos política na região na divisa com o Paraguai e temos uma ligação forte econômica, acompanhando aquela situação fiquei perguntando: Que País é este, Brasil? Um filme passou na minha cabeça, um filme de quando ainda moleque começou a se desenvolver na minha mente. Lembrei da notícia, lembrei da divulgação do Brasil acol-

hendo aqui no nosso território pessoas que praticaram o mal em seus territórios.

O Brasil, na verdade, é um país muito generoso para acolher aqui em nosso território, pessoas que praticam o mal lá nos seus territórios. Começamos com o grande ladrão de trem que para cá veio e teve acolhida, o Ronald Biggs. Depois o grande nazista e exterminador que foi o chefe nos campos de concentração, matando e ceifando a vida de milhões de judeus, Adolf Menguelle que para cá também veio e teve aqui guarida. O grande líder da máfia italiana, Tomaso Buschetta, também para cá veio e se socorreu aqui no nosso país, aqui acobertado, tranqüilo, longe de pagar pelos crimes que cometeu lá na sua Itália. Um ditador tirano aqui no nosso querido vizinho Paraguai, trinta e tantos anos matando, oprimindo, agindo com mãos de ferro, quando chegou ao final do seu governo não tinha outro país a não ser pedir asilo no Brasil que tem coração de mãe. E o Brasil deu guarida a este general e aqui ele se encontra ainda asilado politicamente. E pensávamos que esta história pudesse já ter um fim porque no mundo hoje percebemos que a situação se revela diferente do que acontece aqui no Brasil.

Lá na Inglaterra, o General tirano, que para lá foi fazer um tratamento de saúde se deu mal com a justiça inglesa porque está detido já há quatro, cinco meses a pedido de um juiz espanhol. Isto demonstra uma nova realidade no direito internacional e o general tirano está lá e deverá ser extraditado para a Espanha para pagar pelos seus atos criminosos. E aqui no Brasil o que ocorre?

Ocorre que o Brasil continua com a mesma prática de antigamente dando guarida, dando abrigo a criminosos, a pessoas que não mereciam aqui estar e o Brasil não copia, e o Brasil não segue o exemplo de países que têm na verdade, respeito pela democracia.

Por exemplo, o General golpista Lino Olviedo, tentando quando fugiu do Paraguai, dirigiu-se para o Uruguai com o seu avião, lá não conseguiu pôr os pés porque o governo uruguaio não permitiu que um homem que rasgou a constituição do seu país lá pusesse os pés e foi o General Lino Olviedo ter guarida lá na Argentina. E o Brasil, este país de coração de mãe, acolheu aqui o ex-Presidente do Paraguai, Raul Cubas, e o que me entristece como político, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que este Presidente três dias após assumir...

(Término do tempo...)

(Usa o Horário da Liderança da PMDB)

...o governo do Paraguai, rasgou a Constituição do Paraguai, cuspiu, pisou em cima da Constituição do Paraguai, porque, negando-se a cumprir uma ordem da Suprema Corte do Paraguai, assinou

um decreto fajuto libertando da Cadeia o general golpista.

Três dias após assumir a presidência do país e ter jurado que iria cumprir a Constituição daquele país e daquele ato resultou na maior crise política do Paraguai porque passaram-se oito meses e dali para cá o que se viu foi na verdade o que todos temos conhecimento, uma situação de absoluta desordem que acabou culminando com a renúncia do Presidente, porque outro caminho não tinha.

Mas não querendo me interferir na situação política do Paraguai, apenas registrar o meu inconformismo de o Brasil aceitar aqui como asilado político ex-Presidente do Paraguai, porque ele segundo consta, ele e o General Lino Olviedo, tramaram a morte do vice-Presidente, e além de tramar a morte, no final do governo do Presidente do Paraguai cinco jovens foram assassinados por atiradores lá nas praças públicas de Assunção. E esses crimes foram imputados pela justiça do Paraguai como de autoria do presidente deposto. Ele tem obrigação de cumprir e pagar pelos crimes que cometeu, mas como o Brasil tem um coração de mãe, o nosso presidente mandou um avião, pago com o dinheiro do povo, um avião da FAB, ir lá em Assunção buscar o presidente deposto e trazê-lo para o Brasil, confortável aqui e mantido com o dinheiro da nossa população, porque o asilado político recebe o custeio do governo que lhe deu asilo.

Não dá para asilar um criminoso um político que ao assumir o governo, logo após rasgou a constituição, pisou em cima, não dá para você aceitar que nos dias de hoje, quando a ordem internacional, Senhor Presidente, diz que é diferente, que um crime cometido no Brasil pode ser punido na Inglaterra, na França, no Paraguai, ou no Uruguai, como nós estamos vendo o General Pinochet, ex-Presidente do Chile, sofrendo lá na Inglaterra porque um juiz espanhol está lá à sua cata.

Então, quero deixar aqui registrado, nós que somos vizinhos lá no Paraguai, somos lá da região, e temos esse sentimento de que o Brasil deveria evoluir, não deveria permitir que nosso País fosse na verdade um lugar para abrigar pessoas que se dão mal nos seus países, pessoas que não agem respeitando as leis, que não agem com o princípio da honestidade e da honradez, e essas pessoas deveriam ter outro caminho que não o Brasil, como fez o Presidente do Uruguai, não permitiu que o General golpista Lino Olviedo, pusesse os pés no seu país; assim também deveria ser o nosso querido Brasil, mas infelizmente a realidade é outra e nós aqui estamos hospedando esses políticos que não honraram as suas pátrias, custeados pelo dinheiro do povo brasileiro que está lá mantendo a guarda, os cusos para manter esses políticos que aqui vieram.

É esta a minha manifestação, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PL, PSDB, PMDB, PFL, PSB, PTB, PSC. Liderança do Governo.

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni pela Liderança do PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Ouvi atentamente as palavras do Deputado Algaci Túlio, a respeito do cólera que se abate sobre o litoral do Estado do Paraná, em especial sobre a cidade de Paranaguá. É verdade que o Deputado Algaci Túlio esteve, junto comigo, e com o Deputado Takayama.

Temos visto o trabalho do prefeito daquela cidade, dos funcionários da área da saúde, Armando Raggio, que desceu várias vezes para Paranaguá. Temos visto o empenho da vice-governadora Emília Belinati que se dirigiu à cidade de Paranaguá fazendo visita às casas aonde é possível que esteja acontecendo a endemia do vibrião do cólera. E vi a notícia de que o Governador do Estado, depois de 10 dias de viagem ao exterior, se dirigirá às pressas hoje à cidade de Paranaguá.

Amanhã, estou pensando um requerimento, porque quero que amanhã o Governador pelo menos o líder do Governo, em função das mortes que ocorreram, em função da gravidade da situação da saúde do litoral do nosso Estado, que o Governador dê cabo da verba de 64 milhões do PARANASAN, autorização, que o Governador, há questão de 1 ano atrás, quando essas verbas depois de terem sido inclusive bloqueadas, afirmou taxativamente que o litoral do Paraná jamais teria algum problema de abastecimento de água e tratamento de esgoto. São 64 milhões do PARANASAN destinados ao litoral do Estado. Quero que o governador me diga aonde está uma única obra desses 64 milhões de reais!

Paranaguá, Deputado Nelson Justus, V.Exa. conhece porque frequenta o litoral do nosso Estado, Paranaguá tem apenas 2% das casas com esgotos tratados. Curitiba, que é uma cidade que tem recursos próprios, que não depende do Estado para fazer saneamento básico, tem hoje 57% de coleta de esgotos.

Daí, assistimos nesses dias todos, o Governador do Estado ter uma dificuldade enorme para aparecer nos noticiários da Rede Globo, da TV Bandeirantes, do SBT, para ter um discurso único a respeito do cólera. Isto porque esta notícia é uma notícia nacional, porque o Governador do Estado só assumiu que o cólera era uma epidemia e poderia

ser transformada numa endemia, depois que a responsável pela Fundação Nacional da Saúde, veio para cá, em função do alerta nacional porque essa questão é nacional, não só relativo a Paranaguá, e não ao Estado do Paraná, disse que tipicamente o Estado do Paraná e a cidade de Paranaguá sofriam de uma epidemia de cólera e não apenas de um surto isolado às margens do Rio Imbiguaçu, aonde os esgotos correm canalizados e desembocam no rio. E as famílias que lá moram possivelmente tiveram contato com as fezes contaminadas dos caminhoneiros que trouxeram o cólera de outros Estados do País.

Acho que o Estado do Paraná, o Governador do Estado, precisa ser responsável pelos seus atos. Primeiro lugar: pegou dinheiro do PARANASAN, não aplicou naquilo que era para aplicar. Se há alguém responsável pelo cólera no Estado do Paraná e o Governador do Estado do Paraná, porque recursos para fazer a coleta e tratamento de esgoto no litoral foi objeto de uma discussão na Assembléia Legislativa, no ano de 1995, com a liberação de recursos vindo de um financiamento do governo japonês, verbas para o saneamento básico. Além disso, pretendo, amanhã, satisfeito que estou, em parte, pelo pronunciamento do Deputado Algaci Túlio, mas acho, Senhor Presidente, diante da gravidade, 4 pessoas já morreram, no sábado eram 150 casos, hoje, o governador do Estado já anuncia 205 casos. Amanhã não sabemos quantos casos poderão acontecer. A epidemia pode se alastrar. É uma doença que só tem a possibilidade da prevenção, não há possibilidade de se fazer tratamento. Depois que tem o cólera no seu corpo, a possibilidade de tratamento é mínima. No entanto, acho que em função da gravidade, o Secretário da Saúde do Estado do Paraná, precisa se dirigir à Assembléia Legislativa, para dizer o que está se fazendo para inibir a proliferação do cólera no nosso Estado. E o Governador do Estado do Paraná, amanhã, com requerimento, espero que forneça os dados de onde foram gastos os sessenta e quatro milhões para saneamento básico no litoral do nosso Estado.

Era esse o desabafo em função da gravidade que passa a nossa cidade, dos desmandos do Governo Jaime Lerner, nesses últimos quatro anos no nosso Estado. É preciso corrigir isso, mesmo que seja com muita veemência e com muita força. Pegar o dinheiro público de convênios, de dinheiro liberado a juros baixos e destiná-lo para outras finalidades que não aquelas previstas nos convênios, a população do Estado do Paraná precisa saber onde foi esse dinheiro.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Gostaria de fazer um pedido ao Deputado Ângelo Vanhoni. Ele tem, em todas as Sessões, praticamente desobedecido o Regimento Interno desta Casa. É a terceira vez. Outro dia com a questão dos mananciais, chegou atrasado e teve que haver a quebra do Regimento Interno. Hoje novamente!

Então se esse precedente for aberto, de repente todos os cinquenta e quatro deputados vão se achar no direito de não obedecer o Regimento Interno. O que vai acontecer é que não teremos mais uma ordem nessa Casa! Coloco isso aqui.

Peço desculpas ao Deputado Ângelo Vanhoni, pela minha colocação, porque acho que o primeiro princípio que devemos obedecer é o Regimento Interno. Ele sabe que as colocações dele foram muito importantes. Mas infelizmente perdeu o Pequeno Expediente, perdeu o horário das Lideranças, e daqui uns dias, teremos que pedir a benevolência de V.Exa. para não respeitarmos o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V.Exa. está equivocado, não procede a alegação do Líder do Governo, até porque o Deputado Ângelo Vanhoni usou o horário do PMDB, e além do mais, o PT, no seu Horário de Liderança, usou o tempo menor do que tinha direito.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Baratter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Miltinho Puppio, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco) de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 036/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama que declara de Utilidade Pública o serviço de Assistência Social de Ebenezer, com sede e foro no Município de Matinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J. **Aprovada a Emenda Substitutiva da C.C.J..**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Hospital Bom Jesus, com sede e foro na cidade de Rio Negro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. **Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J..**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/99, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Araponguinha e Região - AMOVAR, com sede e foro no Município de Arapongas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J. **Aprovada a Emenda Substitutiva da C.C.J..**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/99 de autoria do Deputado Anibal Khury, que dá nova

redação ao art. 4º da Lei nº 12.248, de 31 de julho de 1998, Sistema Integrado da Região Metropolitana de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto e Lei nº 055/99, de autoria do Deputado Moysés Leônidas que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Visuais de Londrina, Rolândia e Cambé- ADEV-ILORC, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 11, de 08.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 055/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Moysés Leônidas objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Visuais de Londrina, Rolândia e Cambé - ADEVILORC, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO -Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/99, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Estrada Paulista e Iguaçu - AMEPI, com sede e foro no Município de Icaraíma. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 13, de 10.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 064/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Estrada Paulista e Iguaçu - AMEPI, com sede e foro no Município de Icaraíma -Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO -Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Belém de Serviço Social, com sede e foro na cidade de Palmital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 14, de 15.03.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 071/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Belém de Serviço Social com sede e foro na cidade de Palmital, Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável na forma da emenda Corretiva, para melhor adequá-la às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 071/99

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Belém de Serviço Social, com sede e foro no Município de Palmital, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
NEREU MOURA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/99, de autoria do Deputado Antonio Baratter, que declara de Utilidade Pública a Fundação Consciência e Trabalho, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 099/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Baratter, tem por objetivo declarar de

utilidade pública a Fundação Consciência e Trabalho, com sede e foro no Município de Cascavel.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/98, de autoria do Tribunal de Justiça, extinção de níveis dos quadros de servidores das Secretarias do Tribunal de Justiça e de Alçada. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 488/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam extintos os níveis de vencimentos F10 e F11 da Tabela 3 do Anexo III da Lei nº 111.719, de 12 de maio de 1997 e Tabela I do Anexo II da Lei nº 11.737, de 02 de junho de 1997, referentes aos quadros de servidores das Secretarias do Tribunal de Justiça e de Alçada respectivamente.

Art. 2º - O Anexo II e a Tabela 3 do Anexo III da Lei nº 11.719/97 passam a vigorar na forma anexa.

Art. 3º - A Tabela I do Anexo II e o Anexo III da Lei nº 11.737/97 passam a vigorar na forma anexa.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei extingue os dois últimos níveis da Tabela de vencimentos dos servidores do Poder Judiciário, objetivando a contenção de despesa com pessoal, visando colaborar com o ajuste nas contas públicas, atendendo ao que clama a política econômica estadual.

Merece destaque, que os níveis de vencimentos criados pelas citadas leis e que se pretende extinguir, não foram preenchidos por servidores do Tribunal de Justiça.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO II
DESLOCAMENTO NA CARREIRA
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR

CARREIRA	INICIAL	FINAL
Assessor Jurídico	E9	F9
Administrador	D9	E9
Analista de Sistemas	D9	E9
Arquiteto	D9	E9
Assistente Social	D9	E9
Bibliotecário	D9	E9
Contador	D9	E9
Dentista	D9	E9
Economista	D9	E9
Engenheiro	D9	E9
Jornalista	D9	E9
Médico	D9	E9
Programador de Computador	D9	E9
Psicólogo	D9	E9

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO

CARREIRA	INICIAL	FINAL
Oficial Judiciário	A8	D8
Técnico Judiciário	A8	D8
Desenhista	C1	D8
Operador de Computador	C1	D8
Mecânico	B1	D8
Auxiliar de Enfermagem	B1	D8

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO

CARREIRA	INICIAL	FINAL
Motorista	A8	D5
Telefonista	A8	D5
Agente de Conservação	A1	C11
Agente de Serviços Gerais	A1	C11
Ascensorista	A1	C11
Copeiro	A1	C11

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO III
TABELA 3
NÍVEIS DE VENCIMENTO

ORDEM	A	B	C	D	E	F
1	422,63	545,24	697,96	900,35	1.330,92	1.717,09
2	432,53	558,02	714,21	921,44	1.362,11	1.757,32
3	442,67	571,09	730,95	943,03	1.394,02	1.798,49
4	453,04	584,47	748,07	965,12	1.426,68	1.840,63
5	463,65	598,16	765,60	987,74	1.460,11	1.883,76
6	474,51	612,18	783,54	1.010,88	1.494,32	1.927,89
7	485,63	626,52	801,90	1.034,56	1.529,33	1.973,06
8	497,01	641,19	820,68	1.058,80	1.565,16	2.019,29
9	508,65	656,22	839,91	1.083,61	1.601,84	2.066,60

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO III
TABELA 3
NÍVEIS DE VENCIMENTO

ORDEM	A	B	C	D	E	F
10	520,57	671,59	859,59	1.109,00	1.639,37	-
11	532,76	687,32	879,73	1.134,99	1.677,78	-

TRIBUNAL DE ALÇADA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO II
TABELA 1
NÍVEIS DE VENCIMENTO

ORDEM	A	B	C	D	E	F
1	422,63	545,24	697,96	900,35	1.330,92	1.717,09
2	432,53	558,02	714,21	921,44	1.362,11	1.757,32
3	442,67	571,09	730,95	943,03	1.394,02	1.798,49
4	453,04	584,47	748,07	965,12	1.426,68	1.840,63
5	463,65	598,16	765,60	987,74	1.460,11	1.883,76
6	474,51	612,18	783,54	1.010,88	1.494,32	1.927,89
7	485,63	626,52	801,90	1.034,56	1.529,33	1.973,06
8	497,01	641,19	820,68	1.058,80	1.565,16	2.019,29
9	508,65	656,22	839,91	1.083,61	1.601,84	2.066,60
10	520,57	671,59	859,59	1.109,00	1.639,37	-
11	532,76	687,32	879,73	1.134,99	1.677,78	-

TRIBUNAL DE ALÇADA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO III
DESLOCAMENTO NA CARREIRA
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR

CARREIRA	INICIAL	FINAL
Assessor Jurídico	E9	F9
Administrador	D9	E9
Bibliotecário	D9	E9
Contador	D9	E9
Programador de Computador	D9	E9

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO

CARREIRA	INICIAL	FINAL
Oficial Judiciário	A8	D8
Técnico Judiciário	A8	D8
Operador de Computador	C1	D8

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO

CARREIRA	INICIAL	FINAL
Motorista	A8	D5
Agente de Conservação	A1	C11
Agente de Serviços Gerais	A1	C11
Copeiro	A1	C11

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 488/98

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo extinguir de níveis dos quadros de servidores das Secretarias do Tribunal de Justiça e de Alçada.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.12.98.

(a) JOEL COIMBRA
Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 323, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 335, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do

expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 354 e 355, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 356 a 359, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 360 a 363, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 364 e 365, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 373 e 374, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 375, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 377, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 378, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 379, 380, 381 e 382 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 388 e 389, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Levanta-se a sessão.

Requerimento nº 390, de autoria da Senhora Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 391, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 392, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 394, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 396 a 399, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 400, de autoria do Senhor Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)**

Requerimentos nºs 401 e 402, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 405, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 372, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 05, 018 e 028/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 488/98; 055, 064, 071 e 099/99.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK, EM SESSÃO DO DIA 05 DE ABRIL DE 1999

“Há Fundamentos Bíblicos para a Campanha da Fraternidade sobre o Desemprego?”

Jornal Gazeta do Povo

É freqüente o questionamento de pessoas, afirmando que a Igreja não deve envolver-se na política, na economia, nos sindicatos e por conseguinte no emprego e mais precisamente nos desempregados.

É justa, verdadeira, esta crítica contra a Igreja? A resposta é clara, óbvia.

Só os cegos não enxergam.

A Igreja deve ocupar-se com toda a pessoa humana em todos os aspectos de sua vida e não apenas no campo estritamente religioso, espiritual, ignorando todos os demais ligados à justiça e fraternidade, à solidariedade, ao amor, à paz, à misericórdia, enfim, à dignidade da pessoa humana.

A Igreja, ao propor a Campanha da Fraternidade aos Desempregados, com o lema: ‘Sem trabalho... Por quê?’ analisou a realidade em que vivem milhões de homens e mulheres no Brasil, sem um emprego.

O desemprego contradiz a dignidade da pessoa humana, criada por Deus para a felicidade não somente eterna mas também na terra.

A pergunta que se faz é esta: É justo que milhões de pessoas vivam privadas do essencial para sua subsistência: alimento, moradia, educação, saúde?

O desemprego causa a falta de alimentos, de educação, de saúde.

Se assim é, a Igreja tem a obrigação de mostrar que proclamar a justiça é seu dever. É por causa da injustiça social que o documento de Puebla, México, em 1979, afirma que é institucionalizada: ‘Vive a humanidade na era da corrupção e violência’. ‘Ambas são geradas e fermentadas pela injustiça, que pode chamar-se institucionalizada nos sistemas políticos e econômicos’. (Puebla nº 509) que visam somente ao lucro, à acumulação de riquezas nas mãos de poucos, com detrimento em muitos que, por dificuldades financeiras, vivem na miséria.

Continua Puebla: ‘A Igreja, como Mãe e Mestra, perita em humanidade, deve discernir e iluminar, a partir do Evangelho e da doutrina social, as situações, os sistemas políticos que causam o

desemprego e por conseguinte a miséria' (Puebla nº 511).

Em Santo Domingo (1992), os Bispos, na realização da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano, afirmam que 'as trágicas situações de injustiças e sofrimentos na América se tornaram mais agudas depois de Puebla, exigem uma resposta à luz do Evangelho e devem ser combatidas.' (Santo Domingo, 23, 72 e 157).

É inconcebível que 'em povos de arraigada fé cristã se impuseram estruturas geradoras de injustiça' (Puebla, 437 e Santo Domingo, 161).

Quais são os textos do Evangelho em que a Igreja se fundamenta para propor a Campanha da Fraternidade sobre os Desempregados?

O Evangelho apresenta-nos a parábola da árvore boa que produz fruto bom e a árvore má fruto mau (Mt. 12, 33).

O emprego é o fruto da árvore boa e o desemprego maciço, da árvore má.

O desemprego é um não à dignidade da vida humana. A destinação universal dos frutos da árvore boa são para todos.

O capitalismo selvagem, sem freios éticos, visando apenas ao lucro, sem a partilha e a solidariedade, é fruto mau do sistema nefasto, denunciado pelo Papa Paulo VI, no documento 'Populorum Progressio', nº 26, em 1967. Por sua vez, o Papa João Paulo II, na encíclica 'Sollicitudo Rei Socialis', em 1987, diz que é fruto mau o sistema inspirado na economia de produção que só visa lucro sempre maior, nas mãos de poucos, sem buscar a solução de milhões de desempregados no mundo, que pedem um trabalho.

Outro texto do Evangelho é o da parábola do pai de família que saiu de manhã, para contratar operários para a sua vinha (Mt. 20, 1-16).

Tornou a sair, à hora terceira, sexta e nona, undécima, dando no fim do dia o mesmo pagamento.

Os que começaram a trabalhar de manhã reclamaram, dizendo que era injusto que os últimos recebessem o mesmo pagamento trabalhando apenas uma hora, quando os primeiros suportaram o peso do dia e o calor.

Ele, porém, respondeu: Qual é a injustiça que faço, se contratei o mesmo pagamento para cada um?

A grande lição desta parábola é bem mais profunda: cada pessoa deve ter um salário para poder sobreviver. É a parábola que ensina que todos têm o direito a um trabalho e não apenas uns, que se enriquecem hoje com uma tecnologia que não mais oferece espaço ao homem.

Esta parábola também ensina que não é justa a especulação financeira que não coloca o dinheiro circulando com a criação de empregos para o bem de todos.

Esta parábola ensina que os da última hora são os que não têm pequenas empresas que vão à falência, porque os da primeira hora querem tudo para si, não dando vez aos pequenos de sobreviverem.

Creio que respondi ao questionamento levantado por pessoas que criticam a posição da Igreja sobre os Desempregados."